



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Setor de Licitação**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2023**  
**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023**

**TERMO DE APRECIÇÃO**

**I. Do Recurso**

Trata-se de recurso interposto por **RADIOLOGICA SALDANHA SERVIÇOS MÉDICOS & DIAGNÓSTICOS LTDA**, ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 166/2023, Pregão Eletrônico nº 090/2023, por meio do qual foi declarada a inabilitação da **RADIOLOGICA SALDANHA SERVIÇOS MÉDICOS & DIAGNÓSTICOS LTDA**, relativamente ao item 01 (item único) conforme registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 24/05/2024.

Alega a recorrente, em síntese, ser equivocada a sua inabilitação, declarada em virtude da não apresentação de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por ente público ou privado que comprove a capacidade técnica da Licitante em realizar serviços similares ao objeto da licitação, em desconformidade com o disposto no item 8.7.7 do Edital.

Sustenta que "(...) a empresa recorrente, atualmente, presta para o município o serviço objeto do presente certame, ou seja, o serviço de radiodiagnóstico da Policlínica Municipal hodiernamente é prestado pela empresa Radiológica Saldanha Serviços Médicos & Diagnósticos Ltda. Logo, a capacidade técnica de tal empresa é notória, uma vez que, repita-se, é quem presta o serviço para o Município".

Prossegue argumentando que "Se não bastasse tal fato, no momento da inclusão da documentação, por uma falha no sistema operacional do processo licitatório, o Atestado de Capacidade Técnica da empresa recorrente não "carregou" adequadamente. Assim, a empresa sempre possuiu tal documento, sendo certo que o upload do mesmo somente não ocorreu por uma falha alheia a empresa licitante".

Complementa que "Portanto, a empresa Radiológica Saldanha Serviços Médicos & Diagnósticos Ltda., além de realizado o serviço no Município, possui o atestado de capacidade técnica, conforme documento exarado em 20 de maio de 2024, pelos responsáveis do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí".

Diante disso, após invocar as disposições da Lei nº 14.133/2021, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão de recorrida, declarando-se a Habilitação da **RADIOLOGICA SALDANHA SERVIÇOS MÉDICOS & DIAGNÓSTICOS LTDA**.

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico **BBMNET**, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 03/06/2024 (segunda-feira), vindo a findar-se em 05/06/2024 (quarta-feira), considerando que os dias 30/05/2024 (Feriado Corpus Christi) e 31/05/2024 (ponto facultativo, conforme Decreto Municipal nº 1.032/2024) não foram dias úteis, sem expediente no Setor de Licitação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

### **Setor de Licitação**

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, decorreu o prazo sem apresentação de contrarrazões recursais.

Em síntese, é o relatório.

#### **II. Da admissibilidade**

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 24/05/2024 (sexta-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 27/05/2024 (segunda-feira), vindo a findar-se em 29/05/2024 (quarta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 27/05/2024, às 17:30:06, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

#### **III. Do mérito recursal**

A recorrente pretende seja reconsiderada a decisão recorrida, por meio da qual foi declarada sua inabilitação no certame, baseada na não apresentação de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por ente público ou privado que comprove a capacidade técnica da Licitante em realizar serviços similares ao objeto da licitação, em desconformidade com o disposto no item 8.7.7 do Edital.

Respeitado o entendimento em contrário, não há condições de se acolher a tese recursal.

De início, importante ressaltar que o presente certame – de acordo com autorização exarada pelo Prefeito Municipal com fulcro no Decreto Municipal nº 882, de 29 de dezembro de 2023 (Dispõe sobre a continuidade dos processos licitatórios iniciados sob a égide das leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, após o encerramento de sua vigência em 29 de dezembro de 2023) – encontra-se sob regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/1993, não se submetendo à sistemática estabelecida através da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, destaca-se desde logo que, a prevalecer a tese recursal, visando a juntada extemporânea de documentos, cediço que tal medida deveria obedecer, obviamente, à ordem classificatória do certame, garantindo-se que as empresas melhores





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

colocadas que a Recorrida (4ª colocada), providenciassem a regularização de suas pendências de habilitação.

Nesse raciocínio, considerando que a licitante SERVAD SERVIÇOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA classificou-se na 1ª colocação do certame, caberia a tal empresa, representada pelo Sr. Bruno Oliveira Saldanha, eventual prerrogativa de complementação da habilitação. Assim sucessivamente, em relação às 2ª e 3ª colocadas, ELIANE DE SOUSA LIMA & CIA LTDA e MEGATEC SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA, para somente após admitir eventual juntada de documentos pela 4ª colocada.

Contudo, descabe falar em juntada extemporânea de documentos na presente licitação. Vejamos:

O instrumento convocatório do certame prevê expressamente que “Os documentos de habilitação deverão ser inseridos **obrigatoriamente** no sistema, concomitantemente com a proposta comercial, na PLATAFORMA / PORTAL “BBM Net Licitações”, **sob pena de preclusão**” (item 8.1 do Edital, destacamos)

Nessa esteira, resta estabelecido que “As declarações e os documentos relativos à habilitação, acompanhados da proposta escrita de preços, dos licitantes, **deverão ser encaminhados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas no Portal de Licitações BBMNET Licitações” (item 8.2 do Edital, destacamos).

No caso concreto, observa-se que o Edital do Pregão Eletrônico nº 090/2023 é claro ao prever que o encaminhamento da documentação (proposta e habilitação) “(...) poderá ser feito das **12h00min do dia 09/05/2024 até as 09h29min do dia 24/05/2024**, HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF, no portal eletrônico [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br) a abertura das “PROPOSTAS DE PREÇOS” e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30min do dia 24/05/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF”. (destacamos)

Pois bem.

Conforme se depreende, o prazo para apresentação dos documentos de proposta e habilitação iniciou-se às 12:00h do dia 09/05/2024 (quinta-feira), findando-se em 09:29h do dia 24/05/2024 (sexta-feira). Como é cediço, era de responsabilidade dos licitantes seu credenciamento no sistema e, por conseguinte, a juntada da respectiva documentação para participação no certame, **durante o lapso temporal supracitado**, mediante o uso da senha de acesso privativa (item 6.3 do Edital).

Vale lembrar que o credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção da capacidade técnica e legitimidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas neste edital (item 6.5 do Edital).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

É de responsabilidade dos licitantes o manuseio, a inserção e a conferência da vinculação de dados e documentos na plataforma eletrônica.

Diante de dúvida e/ou verificação de falha no sistema, mister que os interessados entrassem em contato com a central de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, por telefone, WhatsApp, chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br) (item 6.2 do Edital), e/ou diretamente com o ente promotor da licitação, a fim de obter, tempestivamente, as providências necessárias a viabilizar sua participação no certame.

Não foi o que ocorreu em relação à recorrente, cujas razões recursais limitam-se a reconhecer a não apresentação do documento habilitatório, pugnando, contudo, seja admitida a complementação da documentação extemporaneamente.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, nos termos da lei (art. 37, inciso XXI, da CRFB/88).

Por sua vez, a Lei nº 8.666/93 preconiza que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (art. 3º, *caput*).

Infere-se claramente da Lei e do Edital a existência de regras para a apresentação da documentação de habilitação, bem assim para sua apreciação e julgamento.

Nesta ordem de ideias, possível concluir que em obediência às normas e aos princípios norteadores, caberia aos licitantes apresentarem toda a documentação de habilitação na plataforma de Pregão Eletrônico, e no prazo fixado.

A legislação deve ser interpretada sistematicamente, mediante análise das normas jurídicas entre si, pressupondo-se que o ordenamento jurídico é um todo unitário e harmônico, sem incompatibilidades, de modo a se permitir escolher o significado da norma que seja coerente com o conjunto.

Neste contexto, imperioso pontuar que, quando da intenção de se flexibilizar a regra geral relativa à apresentação de documentos de regularidade fiscal e trabalhistas em certames licitatório, o Legislador cuidou de estabelecer, de forma taxativa, possibilidade excepcional de tratamento diferenciado e simplificado em favor de determinadas pessoas jurídicas – Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) – objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

De acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, “*Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato*”.

Entretanto, mesmo diante de tal hipótese excepcional, aludido diploma legal não exime as ME's/EPP's, ao participarem de processos licitatórios, de apresentar a íntegra da documentação de habilitação prevista no instrumento convocatório.

Neste sentido, dispõe explicitamente o art. 43 da LC nº 123/2006:

*“Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.”*  
(destacamos)

Havendo alguma restrição (certidão positiva e/ou com validade vencida) na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a LC nº 123/2006 assegura à ME/EPP o direito à concessão de prazo para “*regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa*” (art. 43, §1º, da LC nº 123/2006).

Conforme se observa, ressalvada a hipótese legal de regularização de certidões positivas e/ou vencidas, inexiste na legislação a prerrogativa de apresentação extemporânea ou substituição de documentos, notadamente quando não apresentados junto à documentação de habilitação.

O Edital, em seu item 18.6, estabelece que o Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 45<sup>1</sup> do Decreto Municipal nº 84/21 e no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

Oportuno ressaltar que nos termos do art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, faculta-se à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; todavia, aludida faculdade não é absoluta, posto que o poder de diligência encontra limites fixados pelo Legislador no próprio dispositivo de lei, ao dispor expressamente ser “vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”. (destacamos)

Tratando-se de conduta vedada pela legislação, resta claro que a admissão intempestiva de documentos, ainda que na via recursal, afronta o princípio da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e, em última análise, ao caráter competitivo do certame.

<sup>1</sup> Art. 45 do Decreto Municipal nº 84/2021 - O (a) pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

E nem se fale que ao assim preconizar, a legislação adota, despropositadamente, uma medida burocrata, supostamente contraditória ao princípio da razoabilidade e ao tão propalado formalismo moderado que deve nortear os atos administrativos. Isso porque, ao dispor acerca de tal inviabilidade, impõe-se à Administração um dever de garantir o processamento do certame com a lisura indispensável à consecução do objetivo constitucional da igualdade de condições a todos os concorrentes, e bem assim aos axiomas elencados no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Em linhas finais, mister reforçar que a Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por estas não padecerem de qualquer ilicitude, não há que se falar em



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Setor de Licitação**

ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação a decisão que inabilitou a Recorrente.

O não atendimento a quaisquer das exigências do Edital é causa de inabilitação do licitante, a rigor do disposto no item 8.13 do instrumento convocatório.

Ante o exposto, a **improcedência** do recurso é medida que se impõe.

**IV. Conclusão**

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa RADIOLÓGICA SALDANHA SERVIÇOS MÉDICOS & DIAGNÓSTICOS LTDA, e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida em relação ao item 01 (item único);
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 11 de junho de 2024.

  
**ALISSON DIAS LAUREANO**  
Pregoeiro